

ESTADO E POLÍTICAS AGRÍCOLAS NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA (1930 – 1964)

SONIA REGINA DE MENDONÇA*

BREVISSIMO INTROITO

Desde há muito, dedico-me à pesquisa e reflexão acerca das relações estabelecidas entre Estado e Classe Dominante Agrária/Agroindustrial no Brasil do século XX, sob múltiplos aspectos. Neste trabalho volto minha atenção para uma problemática que, conquanto imbricada ao conjunto de estudos anteriores, foi por mim tratada de modo apenas tangencial: a das políticas públicas agrícolas no Brasil no período compreendido entre 1930 e 1964, temática, aliás, pouquíssimo explorada pela historiografia especializada, em particular dentro dos marcos cronológicos propostos. Esclareço ainda que se trata de projeto em andamento, vinculado à Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq, com vigência até fevereiro de 2015 e intitulado “*Estado, Políticas Públicas e Agricultura no Brasil (1930-1964)*”.

O ESTADO NA HISTORIOGRAFIA DO PÓS-1930

De uma maneira geral a historiografia referente à chamada “era Vargas” incorre em três vícios contumazes. O primeiro, da estrita perspectiva de uma história política, reside no fato de continuar a pensá-la a partir de dois eixos de reflexão tidos como antagônicos: por um lado, a manutenção – residual ou não – das características de um sistema de dominação apreendido a partir de noções pouco claras e sociologicamente pouco elucidativas, como “oligarquias” ou ainda “elites” (Carone, 1977; Pang, 1979; Gomes, 1980 e 1991; Reis, 1985; Ferreira, 1989, dentre outros); por outro, a suposta “novidade” representada pelo projeto de nacionalização do Estado então hegemônico, cujas vertentes residiram, justamente, na subordinação dos regionalismos e na conseqüente centralização das decisões políticas enquanto condição de sua própria exequibilidade¹.

* Docente do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, pesquisadora I do CNPq.

¹ As aspas referem-se ao fato de que, ao menos no que tange ao Ministério da Agricultura, aqui tomado como “termômetro” do permanente processo de construção do Estado no Brasil, a tendência à nacionalização das decisões já estava esboçada e em curso desde a reforma realizada sob a vigência do ministro da Agricultura

Embora efetivo, não penso ser este último projeto nem novo, nem antagônico à primeira tendência, mas sim a ela concomitante, instrumentos de uma proposta que, pela multiplicidade de interesses a ela imbricados – positiva ou negativamente – somente seria viável a partir da “nacionalização” das decisões de política pública (Draibe, 1985; Diniz, 1978 e 1991). Logo, centralização e descentralização políticas seriam faces de uma mesma moeda: a do desenvolvimento possível do capitalismo autoritário no país (Velho, 1979) e seu principal corolário: a industrialização de base (Mendonça, 2003; Oliveira, 2001; Mello & Novais, 1998). O segundo “vício” prende-se igualmente ao domínio do político e refere-se àquela que é apresentada como uma das principais estratégias de inter-relação entre sociedade civil e sociedade política no Brasil do período: a gestação do que se convencionou chamar de “novo estilo de fazer política”, concretizado na hipertrofia da própria ossatura do Estado mediante a proliferação de uma série de agências – institutos econômicos, autarquias, conselhos, etc.-especializadas no trato e/ou gestão de interesses setoriais da economia brasileira. Ou seja, por meio da multiplicação de órgãos como o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), o Departamento Nacional do Café (DNC); os Institutos do Sal, do Mate, etc. – só para mencionar os mais diretamente afetos à agricultura – o Estado brasileiro no pós-30 teria adquirido uma nova dimensão, a de canalizador dos conflitos que, uma vez inscritos em sua materialidade, seriam mais facilmente mediados, assumindo a forma de uma “guerra de aparelhos” e não de luta de classes (Cf. Souza, 1976; Diniz, *op. cit.*; Draibe, *op. cit.*, etc.).

Malgrado inovadoras no momento de sua publicação e altamente “operacionais” em termos de sua aplicabilidade analítica, os autores responsáveis por tais conclusões parecem carecer de um tipo de questionamento que redunde em conclusões propensas a dicotomizar a realidade histórica e a “burocratizar” a própria concepção de Estado por eles operada. O que se questiona aqui é, até que ponto a ossatura material da sociedade política ou estado restrito não deve ser considerada, ela mesma, parte da tessitura social, uma vez concebido o Estado como uma relação social, fruto da imbricação permanente entre agentes e agências da sociedade civil e da sociedade política. Neste sentido, a idéia de que o conflito social assumiria, posteriormente a 1930, um caráter “administrativo” perde boa parte de sua consistência, uma

Idefonso Simões Lopes em inícios da década de 1920, quando se instituíram as bases da presença desta agência estatal junto a cada uma das unidades da federação, mediante a implantação de delegacias regionais dos vários Serviços da Pasta (MENDONÇA, 1997)

vez que, mesmo neste registro, trata-se da manifestação de uma disputa entre frações de classe.

Cabe ainda mencionar o que denominei de terceiro “vício” da historiografia especializada: a ênfase conferida à temática da industrialização no período. Conquanto de axial importância no contexto histórico focalizado, a questão do desenvolvimento do capitalismo no Brasil entre as décadas de 1930 a 1960 continua ressentindo-se da ausência de importantes pontos de reflexão, sobretudo aqueles vinculados **ao lugar da agricultura** neste processo. Poucos são os estudos relativos às políticas públicas agrícolas/agrárias neste período específico e, mesmo quando existentes, vinculam-se ora a algum dos novos organismos citados, ora a algum setor econômico da atividade em particular, mormente o café, obstaculizando uma visão de conjunto sobre o próprio capitalismo e a agricultura como um todo (Szmrecsányi, 1979; Mueller, 1983; Silva, 1981 e 1981-a; Camargo, 1991; Font, 1985; Gonçalves Neto, 1994, dentre outros).

No tocante ao período aqui priorizado – 1930 a 1964 – constata-se que boa parte da literatura referente à temática das políticas públicas destinadas ao Agro no Brasil dedica-se, de maneira geral, a seu estudo na contemporaneidade, remetendo a períodos bastante recentes e à análise de, basicamente, três processos: **1)** o da chamada “modernização da agricultura”, perpetrada pelo regime militar a partir da década de 1970 (Silva, 1981 e 1981-a; Sorj, 1982; Gonçalves Neto, 1994; Abramovay, 1999; Delgado, 1985; Ianni, 1979; dentre outros) ²; **2)** o da consolidação do agronegócio e/ou suas respectivas cadeias produtivas (Castro, 1996, 2002 e 2005; Fonseca, 1993; Nascimento, 2004; Ramos, 2007; Vieira, 2001; etc.) e, finalmente, **3)** o da dinâmica da agricultura familiar (Bergamasco *et alii*, 2003; Wesz Junior, 2009, Wanderley, 1989; dentre outros).

Outro destaque na historiografia especializada é a tendência em proceder-se à análise das políticas agrícolas em sentido restrito, focalizando apenas a relação estabelecida entre Estado e investimentos setoriais específicos, tendo por “norte” a questão da **eficácia** dessas mesmas políticas (Beskow, 1990; Fonseca, 1989; Kageyama, 1990; etc.). Ademais, em sua quase

² Coletânea recente, organizada por Sergio Leite, *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*, por exemplo, é integrada por nove capítulos, todos eles dedicados às políticas agrícolas perpetradas no decorrer das décadas de 1980 e 1990.

totalidade, esses estudos são produzidos por sociólogos, economistas e antropólogos, com a inexpressiva participação de historiadores³.

No que tange ao período por mim recortado para esta investigação, são raros os trabalhos existentes, merecendo ser citados, dentre eles, Beskow (1999: 56-79); Saretta (1999: 1-20); Castro (1978); Nicholls (1975); Schuh (1976); Smith (1969) e Szmrecsányi (1986). Quase todos lastreiam suas análises em uma mesma perspectiva: a das transformações verificadas na agricultura brasileira, a partir da idéia da **eficácia** das políticas investigadas, compartilhando, igualmente, de outro ponto em comum: uma **visão restritiva do que seja a agricultura**, tomada meramente como um conjunto de ramos produtivos *tout cours*. Exemplo disso é a obra de Pedro C. Fonseca (1990), que analisa a relação entre as políticas públicas para a agropecuária e o desenvolvimento do capitalismo no país na chamada “era Vargas”, partindo da avaliação dos indicadores de desempenho referentes ao maior ou menor grau de industrialização de certos ramos da atividade, mensuráveis a partir de séries estatísticas sobre o consumo de tratores, máquinas, adubos e fertilizantes de modo a ilustrar seu impacto sobre a produtividade global dos setores estudados⁴.

Também Abramovay (1994) e Szmrecsányi (1986) tangenciam o recorte cronológico aqui proposto, conquanto enveredem por metodologia semelhante à adotada pelos estudos já mencionados: a análise do crescimento **quantitativo** da produção e da produtividade da agricultura em geral, bem como do aumento da penetração do capital industrial junto ao próprio setor, o que é apresentado por fartas tabelas contendo dados sobre o volume de fertilizantes, inseticidas, tratores, insumos agropecuários consumidos.

Ou seja, malgrado tratem-se de obras seminais sobre a problemática, além de referências obrigatórias a todos que a investigam neste período, obras como essas primam por uma abordagem estritamente **economicista**, vinculada ao processo mais geral do desenvolvimento capitalista no Brasil o que, diga-se de passagem, é de fundamental importância. Entretanto, penso que alguns aspectos específicos são secundarizados nesses estudos, como por exemplo,

³ Uma das poucas e honrosas exceções, conquanto não trate diretamente da temática deste projeto, é LINHARES, Maria Yedda L & SILVA, Francisco C.T. *História da Agricultura Brasileira – combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense. 1981 e _____. *Historia política do abastecimento (1918-1974)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

⁴ Assim, as conclusões do autor referem-se, por exemplo, ao benefício provocado em culturas como as da batata, tomate, algodão, cana-de-açúcar, café e arroz, pelos subsídios concedidos à importação de fertilizantes mediante a adoção de taxas favoráveis de câmbio. FONSECA, 1990: 48-51.

a **dimensão política** sobredeterminante das políticas estatais de um modo geral, de todo essencial para a compreensão da correlação de forças que, em contextos históricos específicos, asseguraram a viabilidade desta ou daquela política em particular. Neste sentido, os resultados e conclusões apresentadas pelos autores citados, a despeito de sua relevância, acabam por abordar as políticas agrícolas como manifestações **contingentes** ao próprio Estado, considerando-o como uma espécie de “entidade executora”, sem que as bases sociais que lhe deram suporte sejam sequer tangenciadas.

Ademais, grande parte dessas análises não se preocupa em explicitar o conceito de Estado adotado por seus autores o que, de meu ponto de vista, contribui muito mais para “ocultar” do que para revelar o jogo dos grupos de interesse e/ou frações de classe envolvidos na implementação das políticas focalizadas.

O problema de fundo, neste tipo de produção historiográfica, remete a seu cunho “dicotômico”, pautado pela verificação ora **êxito**, ora do **fracasso** das políticas estatais destinadas à agricultura no país, secundarizando outros aspectos fundamentais a ela inerentes, tais como: a que grupos setoriais específicos atendia uma dada política? Que estratégias foram adotadas – e por quais entidades patronais da agroindústria - no sentido de assegurar o privilegiamento de suas demandas? Em que medida a propalada “eficácia” deve ser apreciada de uma perspectiva estritamente economicista e não também política? Que agremiações patronais da sociedade civil conseguiram inserir seus porta-vozes, junto a agências do Estado restrito, notadamente o Ministério da Agricultura, principal responsável pelas políticas aqui abordadas?

POR UMA REVISÃO HISTORIOGRÁFICA

Em face deste espectro de questões, a reflexão proposta parte de pressupostos distintos. Em primeiro lugar, nosso ponto de partida é o conceito gramsciano de Estado Ampliado (Gramsci, 1978 e 1982) e, justamente por isso, leva em consideração não apenas as iniciativas do Estado restrito (ou sociedade política), mas também sua necessária relação com a sociedade civil, espaço de construção/organização das “vontades coletivas”. No caso em pauta, são estudadas algumas entidades patronais da agroindústria, suas modalidades organizativas, demandas e estratégias de atuação, nem sempre coincidentes entre si e em permanente disputa. É dessa inter-relação entre sociedade civil e sociedade política que se

teriam originado, da perspectiva teórica adotada, determinadas políticas agrícolas e não outras, privilegiando um setor em detrimento de outro, segundo a correlação de forças política específica.

O Estado, portanto, é aqui tomado como uma condensação de relações sociais, particularmente entre grupos dominantes agroindustriais (Mendonça, 2002, 2006, 2007 e 2010), tal como tenho procedido em todas as pesquisas por mim realizadas no tocante à relação entre Estado, Classes Dominantes e Agricultura. Neste sentido, reitero que o período compreendido de 1930 a 1964 constitui-se em uma grande lacuna.

Em segundo lugar insisto em esclarecer que este trabalho distancia de uma percepção restrita do que seja a Agricultura, usualmente tomada tão somente como o conjunto de ramos de uma atividade socioeconômica cujo atendimento, via políticas públicas, deva ser balizado de um ponto de vista quantitativista, presidido pela lógica da racionalidade. O que aqui consideramos como políticas estatais para a agricultura brasileira - mormente no período posterior à Segunda Guerra Mundial - vai mais além, englobando todo tipo de iniciativa pública destinada não apenas ao desempenho produtivo, mas também à organização social dos trabalhadores rurais via Estado, materializada em práticas como as de cooperativização agrícola ou de criação de Clubes Agrícolas para a juventude; às iniciativas públicas voltadas para a qualificação da mão de obra no campo - como no caso das políticas de Extensão Rural e de Crédito Agrícola Supervisionado - além daquelas destinadas à implementação de práticas assistencialistas materializadas, por exemplo, na implantação, em 1956, do Serviço Social Rural do Ministério da Agricultura ou a criação de um Serviço de Informação Agrícola (1951) incumbido de difundir, junto aos chamados “homens do campo”, certo paradigma de “moderno agricultor” a ser por eles adotado mediante a aquisição de máquinas e implementos agrícolas a serem disseminados por agentes extensionistas de modo a consolidar, junto aos trabalhadores rurais, um projeto de agricultura “moderna” - ou seja, capitalizada⁵ - dentre inúmeras outras iniciativas derivadas da Pasta da Agricultura entre 1930 e 1964.

Por certo, essa flexibilização promovida no entendimento da noção de “Agricultura” não pode nem deve ser descolada de duas problemáticas basilares que, a meu juízo, sobredeterminam as

⁵ A este respeito ver o Relatório Técnico apresentado ao CNPq em fevereiro de 2011, versando sobre a relação entre Estado e Política de Produção de Tecnologia Agropecuária antes e, sobretudo, após a criação da Embrapa em 1973.

políticas públicas agrícolas/ agrárias: 1) sua vinculação com o próprio desenvolvimento capitalista do país e 2) a correlação de forças vigente entre os grupos dominantes agroindustriais e o Estado restrito no decorrer do período recortado para estudo.

Vale igualmente lembrar que o Ministério da Agricultura tem sido sistematicamente secundarizado na historiografia especializada⁶, que parece partir do princípio de que uma vez que os dados macroeconômicos - como os orçamentos nacionais e as dotações por agência do Poder Executivo, por exemplo - são afetos à Pasta da Fazenda, é esta que merece ser enfatizada como locus privilegiado nas pesquisas realizadas e sua respectiva documentação. Se verdadeiro no “atacado”, tal pressuposto não se aplica, necessariamente, no “varejo”, posto que o Ministério da Agricultura, desde a Primeira República, instituiu-se em espaço institucional mediador e organizador dos interesses patronais da agroindústria, tendo assim permanecido por todo o século XX (Mendonça 1999, 2006 e 2007), a despeito de operar com verbas relativamente restritas. Igualmente, seu **papel político** revestiu-se de relevância ímpar desde sua fundação em 1909 constituindo-se, nessa fase inicial, numa versão “estatizada” das frações da classe dominante agrária/agroindustrial agremiadas junto à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), a mais antiga das entidades patronais rurais no país (Mendonça, 1977). Simultaneamente, entretanto, esta agência estatal foi objeto da permanente disputa entre distintas entidades patronais da agricultura, especialmente a SNA e a paulista Sociedade Rural Brasileira (SRB).

Trabalho por mim publicado - *O Patronato Rural no Brasil Recente* (2010) confirma, em boa parte, esta mesma assertiva, sugerindo três aspectos: **a)** de um lado, que a concepção de políticas públicas agrícolas não deve permanecer refém de abordagens calcadas no estudo de séries estatísticas, sob um prisma estritamente economicista; **b)** que essas políticas resultam sempre de disputas e/ou conflitos quer entre entidades patronais agroindustriais, quer entre agências do próprio Estado restrito - aspecto usualmente desconsiderado pelas pesquisas sobre o tema⁷ - e finalmente **c)** que a adoção da idéia de “politização da economia” tal como aqui

⁶ Um “ícone” desse menosprezo pelas políticas perpetradas pela Pasta da Agricultura é Mueller (1983: 163), que chega a afirmar que ela “permaneceu virtualmente inoperante no período”. Para o autor, se alguma mudança significativa em matéria de política agrícola ocorreu posteriormente a 1930, esta se deveu à iniciativa do Ministério da Fazenda, bem como à implantação da Carteira de Crédito Agrícola (CREAI) do Banco do Brasil em 1937.

⁷ Meu relatório de pesquisa sobre a Embrapa demonstra que após sua fundação junto ao Ministério da Agricultura, por exemplo, a política de geração de tecnologia agropecuária sofreria profunda redefinição, no

proposta, além de conferir maior densidade à investigação sobre as políticas públicas para a agricultura em seu sentido mais amplo, em nada obscurece a análise do papel por ela representado junto ao desenvolvimento do capitalismo no país, diferentemente do que supunham autores como Paiva (1971) e outros⁸, que viam a agricultura um obstáculo a ele⁹. Este é também o caso da já citada pesquisa recentemente concluída - *Estado, Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural no Brasil (1944 – 2005)* -, na qual investigo a problemática da geração de tecnologia agropecuária no país na segunda metade do século XX, com ênfase para os períodos imediatamente anterior e posterior à criação da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Seus resultados demonstraram que, além de sua importância econômica para o desenvolvimento do capitalismo, a geração estatal de tecnologia de ponta pela Embrapa resultou da inserção, junto a esta agência, de dirigentes oriundos de duas entidades patronais, a SRB e a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) acrescidas, no decorrer da década de 1990, de porta-vozes da ABAG (Associação Brasileira de Agronegócio). Semelhante “politização da economia” implicou no progressivo redirecionamento das políticas estatais de pesquisa agropecuária do atendimento aos pequenos produtores, para o favorecimento absoluto de produtos de alto valor na pauta das exportações do país, tais como a soja e a pecuária.

Como se percebe a partir desses exemplos, o Ministério da Agricultura se configurou, durante todo o século XX, não apenas em eixo organizativo da própria classe dominante agroindustrial, mediando disputas com vistas ao exercício do papel hegemônico de distintas agremiações patronais rurais com vistas a impor um certo consenso sobre o conjunto social, mas também, ele próprio, em objeto de tais disputas. Seus porta-vozes imprimiram, na medida de sua inserção junto ao órgão, sucessivas redefinições em suas políticas agrícolas e/ou agrárias.

sentido do privilegiamento de pesquisas voltadas para itens exportáveis, em detrimento daqueles destinados ao mercado interno, como ocorria antes de 1973. Vale ressaltar que esta alteração resultou da correlação de forças que aliou dirigentes de duas agremiações patronais agroindustriais, a SRB e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), alijando deste processo os porta-vozes da SNA. Mendonça, 2011.

⁸ Um estudo detalhado sobre a problemática se a agricultura representou ou não obstáculo ao desenvolvimento capitalista no Brasil se encontra em DELGADO (s/d: 1-45).

⁹ A este respeito ver OLIVEIRA, 1975 e 2003 e MENDONÇA, 2010. Segundo SMITH (1969: 215), que trata da relação entre industrialização e desenvolvimento da agricultura no Brasil entre 1950-1967, a elevação da produção agrícola ter-se-ia devido ao aumento de sua lucratividade, sem majoração dos preços ao consumidor, em decorrência tanto da razoável abundância de crédito subsidiado à atividade, quanto aos subsídios para a aquisição de insumos agrícolas de origem industrial.

Foi particularmente após a realização das pesquisas mencionadas que novas questões emergiram, impondo uma investigação mais aprofundada que abrangesse tanto a própria história do Ministério da Agricultura, quanto a correlação de forças que resultou nas mudanças das próprias políticas por ele encetadas entre 1930 e 1964.

Dentre as características destas últimas, como o sugere a leitura preliminar das fontes já compulsadas, duas questões mereceram relevo, sobredeterminadas, principalmente, pela perspectiva comparativa da qual, inevitavelmente, pelo rumo tomado por minhas atividades de pesquisa, não posso me afastar. A **primeira** remete ao fato de ter ocorrido, no pós-1930, um processo de remodelações e reformulações administrativas na própria materialidade daquela agencia estatal, apontando tanto para sua progressiva tecnicização, quanto para a acirrada disputa política entre grupos de interesse patronais por seu controle (Mendonça, 2002). O primeiro aspecto pode ser atribuído à preponderância obtida pelos agrônomos diplomados pela Escola Nacional de Agronomia do Rio de Janeiro junto aos postos de alto escalão ministeriais, não fossem muitos deles, ademais, integrantes das diretorias da Sociedade Nacional de Agricultura que, ao que tudo indica, continuava desempenhando papel chave junto à Pasta mesmo neste período (Mendonça, 2006). Já o segundo, remete às mudanças verificadas na correlação de forças políticas presente no Ministério sobretudo a partir da nomeação, em 1937, do primeiro Ministro da Agricultura oriundo da grande burguesia paulista: o grande proprietário, industrial e político Fernando Costa, evidenciando não apenas a quebra do “monopólio” exercido pela SNA sobre os cargos ministeriais, como, por extensão, redefinições nas políticas agrícolas por ele perpetradas (Mendonça e Valencia, 2001).

Posteriormente ao fim do Estado Novo, a “politização da economia agrícola” adquiriria ainda maior conflitividade, haja vista não apenas o término da II Grande Guerra e as reordenações do capitalismo ocidental, como também o início da Guerra Fria, o que implicou na forte presença estadunidense na América Latina como um todo e no Brasil, em particular. Neste contexto observa-se a criação de novos órgãos do Ministério voltados não apenas para o controle social da força de trabalho no campo – como o Serviço de Informação Agrícola ou o Serviço de Extensão Rural - mas também para o estabelecimento de uma política estatal de fixação de preços mínimos para inúmeros produtos (como o café, o cacau, açúcar, fumo,

gêneros de 1ª necessidade, etc.). Esta última consubstanciou-se na fundação da *Companhia de Financiamento da Produção* (CFP) em 1951, destinada a fornecer parâmetros para a abertura de linhas de crédito destinadas à construção de armazéns e silos, bem como a, supostamente, favorecer produtores ou suas cooperativas para a aquisição de tecnologia “moderna” (Beskow, 1999: 58). E uma vez que o primeiro titular da Companhia proveio dos quadros dirigentes da Sociedade Rural Brasileira, percebe-se a complexificação dos interesses por ela gerenciados, além do aprofundamento da ação do Estado junto à agricultura. Não por casualidade, a preocupação com o abastecimento interno se colocaria daí por diante como alvo de políticas estatais específicas, face ao célere processo de industrialização do país, com base em fortes subsídios estatais, mormente no decorrer da década de 1950 (Lessa, 1981).

Por todas essas razões de cunho historiográfico creio que o estudo das políticas públicas para a agricultura emanadas do Ministério da Agricultura posteriormente a 1930 – suas diretrizes, redefinições, quadros dirigentes, reformulações administrativas e grupos de interesse junto a ele representados – tem presidido o aprofundamento da pesquisa documental a partir de novos referenciais teóricos. Temática absolutamente lacunar na produção especializada que acusa a presença, via de regra, de trabalhos de cunho encomiástico emanados da própria agência e quase sempre produzidos sob sua chancela em ocasiões comemorativas (Guerra Filho & Placer, 1966; Belleza, 1960), ela se reveste de outra dimensão analítica cuja importância transcende, em muito, a mera abordagem de uma “história da agricultura”.

Tal dimensão consiste na possibilidade de se investigar mais um “capítulo” do permanente processo de construção do Estado no Brasil em sua íntima relação com as distintas frações da classe dominante agroindustrial. Consiste, também, na possibilidade de estudar-se o “outro lado” do processo de desenvolvimento da industrialização capitalista em célere curso no Brasil de então: o “lado” da agricultura, bem menos conhecido. A guisa de ilustração, cito exemplos evidenciados pela documentação preliminarmente consultada a qual remete ao papel preponderante do Serviço de Economia Rural - SER (criado em 1937) junto aos demais Serviços ministeriais, representando a vitória circunstancial dos porta-vozes da SNA incumbidos da direção do SER; ou ainda a criação da Comissão Nacional de Política Agrária (CNPA - 1956), como fruto da “derrota” dos dirigentes da SRB junto ao Ministério, excluídos de sua composição. Aspectos como esses igualmente se traduziram nas inúmeras reformas

sofridas pelo órgão entre 1930 e 1964 revelando, não apenas redirecionamentos em suas políticas para o Agro, mas também mudanças na correlação de forças junto a ele vigentes.

COMENTÁRIOS CONCLUSIVOS

Pesquisar sobre políticas públicas em geral, e agrícolas em particular, implica antes de mais nada, em elucidar a correlação de forças estabelecida entre distintos segmentos institucionalizados da classe dominante agroindustrial brasileira e sua atuação junto ao Estado restrito, no contexto de afirmação da indústria de base no país. Isto implica em verificar as redefinições imprimidas às políticas agrícolas e/ou agrárias oriundas da Pasta da Agricultura como produtos da imposição de projetos hegemônicos diferenciados, em disputa no decorrer do período compreendido entre 1930 e 1964.

Ademais, analisar as políticas emanadas do Ministério da Agricultura significa, igualmente, verificar, da perspectiva da definição-redefinição dos mecanismos político-ideológicos que as presidiram, os mecanismos de dominação - a um só tempo **política e simbólica** - nelas contidos também com relação aos pequenos produtores e trabalhadores rurais, junto aos quais se procurou inculcar, sobretudo após a criação do Serviço de Extensão Rural, códigos e visões de mundo dos grupos dominantes, ratificando sua **subalternidade**.

Creio que somente dessa forma torna-se viável contribuir não apenas para o conhecimento das relações entre Estado e grupos de interesse da agroindústria como um todo, como também para o da estatização dos interesses agrários de origem distinta junto à sociedade política no pós-30, sem deixar de lado a imbricação entre políticas agrícolas e o processo de industrialização verificado no país.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo*. São Paulo: IPEA, 1999.

BELLEZA, Newton. *Evolução do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1960.

BERGAMASCO, Sonia *et alii*, *Sistemas agroalimentares: análises e perspectivas para a América Latina*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

BESKOW, Paulo Roberto. *Vigência e perspectivas do planejamento agrícola na atual estratégia de desenvolvimento nacional: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: CPDA, 1990 (Tese Doutorado).

- _____. BESKOW, Paulo R. “Agricultura e política agrícola no contexto brasileiro da industrialização do pós-guerra (1945-1964). *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro: 12, abril, 1999, 56-79
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CASTRO, Ana Célia. *Estudo da competitividade da indústria brasileira: o caso da indústria de óleos vegetais*. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1996.
- _____. Ciência e Tecnologia aplicada à Agricultura: uma Análise dos Planos de Desenvolvimento. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*. Brasília: 1(3), 309-344, set./dez. 1984.
- _____ et alii (orgs.) *Brasil em desenvolvimento- economia, tecnologia e competitividade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, vol. 1.
- _____ (org.). *Desenvolvimento em debate: novos rumos do desenvolvimento no mundo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- CASTRO, Antonio Barros de. *7 ensaios sobre a economia brasileira*. Rio de Janeiro: Forense, 1971, 2 vol.
- CONTADOR, Cláudio (Ed.) *Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola*. Rio de Janeiro: Ipeal Inpes, Serie Monográfica 17, 1975.
- DELGADO, G. Mudança Técnica na Agricultura, constituição do complexo agroindustrial e política tecnológica recente. *Caderno de Difusão de Tecnologia*. Brasília: 2 (1), 79-97, jan./abr. 1985.
- _____. *Capital Financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo: Icone/Unicamp, 1985.
- DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1978
- DRAIBE, Sonia. *Rumos e metamorfoses. Estado e Industrialização no Brasil (1930-1960)* Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995
- FERREIRA, Marieta de M (org.) *A República na Velha Província*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.
- FONSECA, Maria da Graça D & CASTRO, Ana Célia. *O potencial do agribusiness na fronteira*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1993.
- FONSECA, Pedro C. Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- FONT, Mauricio. Padrões de ação coletiva dos plantadores paulistas de café. In: SORJ, B (org). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GOMES, Ângela de C. *A invenção do trabalhismo*. São Paulo/Rio de Janeiro: Vertice/Iuperj, 1988.
- GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira -1960-1980*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- GRAMSCI, Antonio. *Antologia*. 4a. ed., México, Siglo XXI, 1978.
- _____. *Maquiavel, a política e o estado moderno*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- GUERRA FILHO, Dalmeida & PLACER, Xavier. *Ministérios e ministros da agricultura (1860 – 1966)*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1966.
- IANNI, Octavio. *Ditadura e agricultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- KAGEYAMA, Ângela. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G; GASQUES, J e VILLA VERDE, C (orgs). *Agricultura e Políticas Públicas*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

- LEITE, Sérgio (org.). *Políticas Públicas e Agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2001.
- LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LINHARES, Maria Yedda L & SILVA, Francisco C.T. *História da Agricultura Brasileira – combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense. 1981
- MELLO, João Manuel C. de & NOVAIS, Fernando A. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, F.A & SCHWARCZ, L (orgs). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, vol.4.
- MENDONÇA, Sonia Regina de. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.
- _____. MENDONÇA, S. R de. *Agronomia e Poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1999.
- _____. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Rio de Janeiro: Faperj/Vício de Leitura, 2007.
- _____. *A Classe Dominante Agrária: Natureza e comportamento (1964 – 1990)*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. “Representação empresarial agrária no Brasil Contemporâneo: o caso da SNA.” In: 51º Congresso Internacional de Americanistas, 2003, Santiago. *Anais do 51º Congresso Internacional de Americanistas*. Santiago: ICA, 2003. pp. 1-15.
- _____. *A Política de Cooperativização Agrícola do Estado Brasileiro (1910-1945)*. Niterói, EdUFF, 2002.
- MENDONÇA, Sonia R. de & VALENCIA, Marta (orgs.). *Brasil e Argentina: Estado, agricultura e empresários*. Rio de Janeiro/La Plata, Vício de Leitura/EdUNLP, 2001.
- _____. *O Ruralismo Brasileiro (1888-1931)*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- MUELLER, Charles. *Das Oligarquias Agrárias ao Predomínio Urbano-Industrial: um Estudo do Processo de Formação de Políticas Agrícolas no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA/NPES, 1983.
- NASCIMENTO, Fernando Rios do. *Políticas públicas e o agronegócio cacau*. Ilhéus: Editus, 2004.
- NICHOLLS, W. H. A economia agrícola brasileira: desempenho e política recente. In: CONTADOR, Caldero (Ed). *Serie monográfica*, no. 17. Rio de Janeiro, Ipea/Inpes, 1975.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à Razão Dualista e o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. A emergência do modo de produção de mercadorias. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1985, vol.8.
- PAIVA, Ruy Miller. *Modernização e Dualismo Tecnológico na Agricultura*. Rio de Janeiro: ABCAR, 1971.
- PANG, Eul-Soo. *Coronelismo e oligarquias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979
- REIS, Elisa P. Interesses agro-exportadores e construção do Estado. In: SORJ, B (org). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 194-217.
- SARETTA, Fausto. O Jornal O Estado de São Paulo e Getúlio Vargas: política e economia (1951-1954). *Anais do IX Congresso Brasileiro de Economia Política*. São Paulo: Anais, 1999, 1-20.

- SCHUH, G. E. A política de importação de insumos agrícolas no Brasil, 1948-1967. In: *Agricultura em São Paulo*. São Paulo: Tomo I, ano XXIII, 1976.
- SILVA, Gabriel L S P da. *Investimento na geração e difusão de tecnologia agrícola no Brasil*. São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 1979.
- SILVA, José Graziano da. *A modernização dolorosa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *Progresso Técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.
- SMITH, G. W. Brazilian Agricultural Policy 1950-1967. In: ELLIS, H.S (ed.) *The Economy of Brazil*. Berkeley: University of California Press, 1969.
- SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. Elementos para uma historia social da produção científica no Brasil. *Caderno de Difusão de Tecnologia. Brasília*: 2(1): 165-70, jan./abr., 1988.
- _____. O papel das políticas governamentais na modernização da agricultura brasileira. *História & Perspectivas*. Uberlândia, 10 (10): 59-79, jan./jun.1994.
- _____. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930 – 1970). In: FAUSTO, Boris (org.) *O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, tomo 4, vol. II, 1986
- VELHO, Otavio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1989.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth B. *Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável*. Curitiba: Ed. UFPR, 1989.
- WESZ JUNIOR, Valdemar João. *As políticas públicas de agroindustrialização na agricultura familiar: análise e avaliação da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: CPDA, 2009 (tese de doutorado)